

**ATA DA VIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Registro a justificativa de ausência do deputado Pedrossian Neto na Sessão de hoje, conforme a CI nº 0015/2024, e do deputado Junior Mochi, conforme CI nº 029/2024. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, nobre deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. *"Ata da Vigésima Sétima Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Coronel David e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Dois da Vigésima Sexta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 1.344/2024, da Presidência da República; Ofício nº 285/2024, do Ministério da Agricultura e Pecuária; Ofício nº 35/2024, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ofício nº 1.711/2024, da Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 3.072/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 3.243/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofícios nºs 1.022, 1.034 a 1.036/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Ofícios nºs 41 e 45/2024, da Agência Nacional de Telecomunicações; Cartas nºs 338, 386, 404 e 793/2024, da Águas Guarirôba, Cartas nºs 307 e 314/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Caravina, Mara Caseiro, Professor Rinaldo, Lidio Lopes, Roberto Hashioka, Marcio Fernandes, Junior Mochi, Zé Teixeira e Lucas de Lima. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Paulo Corrêa, Gleice Jane, Lia Nogueira, Renato Câmara, João Henrique e Jamilson Name. GRANDE EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Zé Teixeira e Roberto Hashioka. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 264/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 23/2022, de autoria dos deputados Amarildo Cruz e Pedro Kemp. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 266/2023, de autoria do deputado Junior Mochi. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 349/2023, de autoria do deputado Neno Razuk. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David,*

endereçada aos policiais militares da Força Tática, terceiro-sargento Lucas Villegas Campos, terceiro-sargento Henrique Lemes da Costa, e soldado Muryllo Henrique Sandim Serafim, pelo reconhecimento ao recuperar um automóvel que havia sido roubado em Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos Policiais Militares do Pelotão de Força Tática da 11ª Companhia Independente da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, cabo Rafael Capilé Brites, cabo Fábio Gargioni Galvão, soldado Angélica Cristina Gottardo Loff e soldado Júnior César Benites Jara, em reconhecimento por prender um meliante que praticou diversas tentativas de estupro no município de Campo Grande; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Coronel David e Zeca do PT. Indicações, de autoria dos deputados Lia Nogueira, Coronel David, Renato Câmara, Zé Teixeira, Antonio Vaz e Roberto Hashioka. O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o pronunciamento, no uso da tribuna, do senhor André Luiz Garcia Santiago, presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Estado de Mato Grosso do Sul. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata da Sessão Ordinária que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezesseis de abril do ano de dois mil e vinte e quatro.” Está lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Convido o nobre deputado Paulo Duarte para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Senhor presidente em exercício, deputado Professor Rinaldo, não há expediente a ser lido.

PRESIDENTE (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Não havendo expediente a ser lido, passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, deputado Professor Rinaldo, colegas parlamentares, assistentes, público presente, aqueles que nos acompanham pela Rádio e TV Alems, bom dia. Trago uma moção de pesar, mas, verifiquei que já existe um expediente tramitando, de uma moção de pesar proposta pelo deputado Paulo Corrêa, também aos familiares do senhor Carlos Dias Miranda, falecido no último dia 12 de abril de 2024. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida e encaminhada da seguinte forma: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado Caravina, vem consignar seus votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Carlos Dias Miranda, ocorrido no dia 12 de abril de 2024. Carlinhos, como era carinhosamente conhecido, era proprietário da tradicional loja de produtos agropecuários Casa do Criador, com unidades em Aquidauana, Miranda, Bonito, Jardim, Bela Vista e Nioaque. Além das atividades empresariais, Carlinhos também ocupava o cargo de presidente do Rotary Club de Jardim e Guia Lopes da Laguna. Carlos deixa duas filhas, Carol e Vitória Miranda. O Parlamento sul-mato-grossense externa suas sinceras condolências aos familiares do senhor Carlos Dias Miranda. Que seu legado de profissionalismo, humildade e integridade seja sempre lembrado por todos. Plenário Deputado Júlio Maia,

17 de abril de 2024". Essa moção de pesar já está tramitando e vai ser votada hoje; só gostaria que incluísse o nome deste parlamentar e pedir a aprovação por parte dos colegas parlamentares. O senhor Carlos Dias Miranda era uma pessoa muito querida na região de Jardim, um empresário de sucesso e morreu tragicamente num acidente de carro na BR-060, naquela região. Por hoje, é só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Obrigado, deputado Caravina. Esta presidência acata o pedido de Vossa Excelência para incluir, na Ordem do Dia, essa moção de pesar. Os nossos sentimentos a todos os familiares. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, antes de ler as minhas indicações, quero registrar as presenças de várias companheiras, companheiros, que são do gabinete da vereadora Luiza Ribeiro, de Campo Grande, que estão abrilhantando a nossa Sessão.

PRESIDENTE (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Deputado Pedro Kemp, também quero agradecer a presença dos assessores da vereadora Luiza Ribeiro, do município de Campo Grande, e em especial ao meu colega de farda, vejo aqui o Alencar, o "038 da FAB, de 1984", que serviu comigo. Sejam bem-vindos. Obrigado, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — E lembrando que é uma assessoria muito atuante e fazendo jus a nossa vereadora, que é a vereadora mais atuante da Câmara Municipal de Campo Grande, Luiza Ribeiro. Senhor presidente, quero apresentar duas indicações. A primeira é um expediente a ser encaminhado à senhora Rosana Leite de Melo, secretária municipal de Saúde de Campo Grande, solicitando, com urgência, a instalação de uma cadeira odontológica na Unidade de Saúde da Família Doutor Jurandir de Castro Coimbra, no bairro Jardim Zé Pereira, nesta capital. E a outra indicação, também encaminhada à senhora Rosana Leite de Melo, secretária municipal de Saúde, solicitando a designação de profissionais da odontologia, para atender à Unidade de Saúde da Família do bairro Zé Pereira. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Esta presidência quer agradecer a presença... A Luiza Ribeiro está aqui? A vereadora de Campo Grande está a caminho. Quero também agradecer e desejar boas-vindas aos vereadores: do município de Dourados, Maurício Lemes; do município de Coxim, Márcio Barbosa de Souza, o Marcinho Souza; do município de Rochedo, Maria da Glória Souza Ferreira. Sejam bem-vindos. O próximo inscrito, no Pequeno Expediente... Sou o próximo inscrito, mas, passo a minha vez aqui. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, senhor presidente! Quero justificar a Vossa Excelência, a esta Casa e à Mesa Diretora que a minha ausência, ontem, na sessão, deveu-se — como já tinha comunicado — por causa da minha presença, acompanhando Sua Excelência, o governador Eduardo Riedel, na abertura da Feira de Exposição da Agricultura Familiar, em sua quinta edição, realizada em

Dourados. Aliás, é bom que se registre, senhor presidente, que fiquei deveras impressionado, positivamente, mais uma vez, com o comportamento do governador do estado. Ele tem dado a demonstração clara de que é um homem com a mentalidade moderna, é um homem com conceitos republicanos, com princípios absolutamente em defesa da democracia. E o mesmo governador, na sexta-feira, deu uma demonstração de civilidade, comparecendo a um grande evento, patrocinado pelo Grupo JBS, no frigorífico, com a presença de altíssimas autoridades. Estava presente, além do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ministra do Planejamento, nossa conterrânea, ministra Simone Tebet, que, dentre outras coisas, tem assento cativo no Conselho Monetário Nacional. Olha o papel dessa mulher! Estava presente, também, o ministro da Agricultura e Pecuária, além de outras autoridades. O governador Eduardo Riedel fez um pronunciamento histórico, agradecendo a presença do presidente da República, ao nosso estado, reconhecendo o papel que o governo Lula tem desempenhado, transferindo para cá, em um ano e meio, aproximadamente, um bilhão de reais. Um evento de magnitude extraordinária! Em um ano e meio, o governo Lula já ampliou para trinta e oito novas plantas o credenciamento para exportações direta do agro brasileiro, da carne brasileira para China; são seis das trinta e oito plantas... Ou seis, dos trinta e oito frigoríficos, são daqui, do estado. Ao mesmo tempo, o JBS — inclusive, tive a oportunidade de ter uma longa conversa com seu patriarca, uma belíssima figura humana, o tal do "Seu Zé Mineiro", que começou a história do JBS — anunciou um investimento de cento e cinquenta milhões para dobrar o tamanho da planta de Campo Grande, que se tornará a maior planta frigorífica do Brasil, com mais de dois mil e quinhentos empregos e, pasmem! Pasmem com a ignorância, porque não tem outro significado; com a insignificância, porque não tem outro adjetivo. Deputados Pedro Kemp e Paulo Duarte, com toda essa magnitude do evento, não estavam lá o presidente da Famasul e nem o presidente da Acrissul. Quão insignificantes! Quão odiosos! Quanto preconceito ideológico, político e social que essa turma, que não tem outro nome, carrega em si, para se negar a prestigiar um evento, no qual eles, como representantes, supostamente, entre aspas, de um setor estratégico para a economia brasileira, poderiam dialogar com um membro efetivo do Conselho Monetário Nacional, com a ministra do Planejamento, com o ministro da Agricultura e Pecuária e com o presidente da República. Negaram-se a ir. Perderam a oportunidade de saírem de uma escala de insignificância para ocupar um lugar um pouco maior, mas, ninguém notou, de tão insignificantes que são. O governador estava lá, reconhecendo a importância do evento e fazendo um papel extraordinário. Quero reconhecer, para concluir, senhor presidente, que o governador Eduardo Riedel, cada vez mais, convence-nos de que estávamos certos, deputado Pedro Kemp, quando o apoiamos no segundo turno, em detrimento de um maluco, que representava o bolsonarismo neste estado. Ponto. Desculpe-me, senhor presidente, mas, tinha que fazer esse desabafo. Quero apresentar duas indicações. A primeira, ao senhor governador, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, e ao comandante-geral da PMMS, coronel Renato dos Anjos Garnes, bem como ao comandante da Polícia Militar Ambiental do Estado do Mato Grosso do Sul, tenente-coronel Cleiton Douglas da

Silva, solicitando, com urgência, a implantação de uma base da Polícia Militar Ambiental (PMA) e Patrulha Rural da Polícia Militar na região de Foz do Rio Apa, para fiscalização e combate permanente à pesca predatória praticada pelos ribeirinhos, com apetrechos proibidos pela legislação brasileira e, também, contra a prática do crime de abigeato contra propriedades rurais desde a área da fazenda Quebracho até a região de Foz do Rio Apa, na fronteira com o Paraguai. Cabe ressaltar que existem instalações abandonadas de um destacamento do Exército Brasileiro, local conhecido como Ilha da República, localizada em frente a um lugarejo paraguaio chamado Puerto Sastre, que poderiam, com a realização dos devidos trâmites junto a Superintendência do Patrimônio da União, ser utilizadas para instalação da base solicitada. Registra-se, como justificativa, que roubam tudo: gado, carneiro, galinha. Além de fazerem uma pesca absolutamente predatória. Naquela região, não existe nenhuma presença do Estado brasileiro e o Exército, que tinha três destacamentos, preferiu, como o pardalzinho, ficar na cidade e não ficar lá na fronteira para coibir o abuso do povo do paraguaio. A Marinha, muito raramente, aparece lá e quando aparece, é mais para punir do que para ajudar. Portanto, tenho certeza de que eu vou trabalhar com a sensibilidade do governador Eduardo Riedel para colocar uma base, um destacamento da Polícia Ambiental e da Polícia de Patrulha Rural para coibir a prática do roubo e a prática da pesca predatória. A segunda indicação é ao senhor governador, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Tecnologia e Inovação, Elias Verruck, solicitando, com urgência, que a Semadesc, por meio do Imasul, envie esforços junto à Sejusp, à Polícia Militar e à Polícia Militar Ambiental para intensificar a fiscalização contra a pesca predatória e demais crimes ambientais cometidos por ribeirinhos paraguaios na região da Foz do Rio Apa. Por último, senhor presidente, indico à Mesa, nos termos regimentais, após ouvido o Plenário, que seja encaminhada moção de aplauso ao presidente da República, senhor Luiz Inácio Lula da Silva, com cópias ao ministro da Cidade, senhor Jader Barbalho Filho, bem como ao secretário nacional de Habitação, senhor Ailton Madureira de Almeida. Se aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante dos pensamentos e anseios da sociedade sul-mato-grossense, por iniciativa do deputado Zeca do PT, aplaude o excelentíssimo presidente da República, senhor Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Cidade, senhor Jader Barbalho, bem como o secretário nacional de Habitação, senhor Ailton Madureira de Almeida, por contemplarem o estado de Mato Grosso do Sul com duas mil, trezentas e trinta e seis unidades habitacionais do programa 'Minha Casa, Minha Vida', do governo federal, para as modalidades rural e entidades. Na modalidade entidades, serão cerca de seiscentas e quarenta e nove moradias para as comunidades urbanas organizadas sem fins lucrativos, em doze municípios de Mato Grosso do Sul. Na modalidade rural, serão mil, seiscentas e oitenta e sete moradias para agricultores familiares, comunidades quilombolas e demais povos tradicionais residentes na área rural de vinte e um municípios do estado. A garantia de condição de acesso à moradia digna para famílias, tanto na zona urbana quanto na zona rural, demonstra total sensibilidade e compromisso do governo Lula com os menos favorecidos, merecendo aplauso por parte

desta Casa, legítima representante do povo sul-mato-grossense". Obrigado senhor presidente. "Brasil no rumo certo"!

PRESIDENTE (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Obrigado, deputado Zeca do PT. Gostaria de convidar o deputado, presidente desta Casa, Gerson Claro, para fazer o uso da palavra no Pequeno Expediente.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Bom dia nobre, deputado Professor Rinaldo, exercendo a presidência, e nobres colegas. Aproveito este momento para fazer uma indicação, senhor presidente. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Sérgio Fernandes Martins, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando estudos da possibilidade de revisão das regras de recolhimento de taxas judiciais, para ações que versem sobre honorários advocatícios, com intuito de aperfeiçoar o texto da Lei nº 3.779. A presente indicação justifica-se em razão do texto atual, o recolhimento das taxas de honorários advocatícios é feito sempre anteriormente à execução do honorário. Na modalidade que nós estamos apresentando, como indicação ao presidente do Tribunal, o advogado pode distribuir a ação e, ao final, quando ele ganhar a execução, quando ele for receber, é debitado a taxa judicial no recebimento. Então, ele não precisa dispor de recursos anteriormente, o advogado vai poder fazer a execução e — não é, doutor Fábio? — vai pagar a taxa judicial no final da execução. São essas as nossas considerações. Obrigado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, rapidamente, para me somar à questão de ordem do deputado Pedro Kemp, enaltecendo, reconhecendo, registrando a presença, nesta Casa, de uma das mais brilhantes figuras das mulheres sul-mato-grossenses que nos representa, com enorme galhardia e com muito orgulho — é do nosso partido — na Câmara de Vereadores. Quero registrar a presença da nossa querida vereadora Luiza Ribeiro nesta Casa. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Ratificando as palavras de Vossa Excelência, também quero agradecer a presença da minha advogada... Quando fui líder de bairro, deputado Zeca do PT, quando fui presidente da Associação de Moradores do Conjunto Parati, a Luiza Ribeiro foi a minha advogada. Agradeço, de coração, a sua presença, Luiza. Quero, na presidência em exercício, encaminhar uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais e após o ouvido Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Escola Estadual Orcírio Thiago de Oliveira e ao professor Thiago Moura, em face do projeto Cinema & Teatro, multipremiado, desenvolvido na referida escola. "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante dos anseios da população sul-mato-grossense, por iniciativa do deputado estadual Professor Rinaldo

Modesto, congratula-se com a Escola Estadual Orcírio Thiago de Oliveira e com o professor Thiago Moura. A pesquisa sobre ética e meio ambiente, realizada pelos estudantes, foi transformada em um filme, produzido com orientação do professor Thiago Moura, ganhou quatro prêmios e, agora, está entre as melhores práticas educacionais desenvolvidas nos anos de 2021, 2022 e 2023 nas redes pública e privada de ensino do Brasil! Em 2023, o último produto educacional desenvolvido pelo professor com o grupo de estudantes, o curta-metragem Jornal do Meio: Bioparque Pantanal ganhou outros dois prêmios: melhor roteiro e segundo melhor filme do Primeiro Festival de Cinema das Escolas Estaduais de MS. Em 2024, a proposta educacional foi premiada com o primeiro lugar do estado no Prêmio Educador Transformador, e terceiro lugar da região Centro-Oeste. O prêmio é uma correalização do Sebrae, Instituto Significare e Bett Brasil, e visa reconhecer as melhores práticas educacionais desenvolvidas por professores de escolas públicas e privadas do país. Recebam, desta Casa, o reconhecimento pelo esmero no trabalho que tem sido realizado, e que o diálogo com as múltiplas linguagens contribua cada vez mais para o desenvolvimento da compreensão crítica do mundo e das tecnologias, proporcionando uma melhor formação ao aluno. Plenário Deputado Júlio Maia, 17 de abril de 2024". Deputado Gerson Claro, caros colegas, senhores e senhoras, esse é um trabalho realizado por essa escola, protagonizado por esse professor que, há três anos, veio de São Paulo. Um professor que é — deputado Pedro Kemp, Vossa Excelência que é um dos maiores defensores da inclusão — autista, que está fazendo esse trabalho brilhante e que veio me visitar essa semana me pedindo ajuda para que os alunos dessa escola, o chamado "Queimadinho", na Carlota, continuem desenvolvendo projetos dessa magnitude. Mais do que isso, é a importância que tem de trabalharmos na perspectiva da inclusão social. Um autista fazendo a diferença e colocando Mato Grosso do Sul, realmente, em destaque no Centro-Oeste do Brasil. Essas são as minhas palavras, já concedo a palavra ao deputado Zeca do PT e devolvo a cadeira ao deputado Gerson Claro.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, tenho sido indagado pela imprensa e por alguns colegas acerca da proposição minha de repúdio à diretoria da Famasul e da Acrissul. Ontem à noite, dialogando com os meus pensamentos e com dona Gilda, concluímos que seria um exagero fazer uma moção repudiando a insignificância odiosa das duas diretorias. Faço, nada mais, o meu registro. Aliás, as duas diretorias que manipulam milhões do Sistema S. Milhões! Talvez bilhões do Sistema S. Dinheiro do governo federal! Aí eles sentam no rabinho quietinhos, não falam absolutamente nada. Se tivessem o mínimo de moral, deveriam reconhecer e passar para outras entidades dirigirem o Sistema S. Com certeza, dirigiriam com melhor qualidade. Semana que vem estou indo a Brasília e já pedi uma audiência com o presidente que dirige o Sistema S, para indagar qual a possibilidade de sugerir à bancada federal um projeto que altere e que dê transparência na utilização dos recursos do Sistema S, porque ninguém sabe onde que é aplicado. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, ouvindo o deputado Zeca do PT, acho que foi um momento de lucidez que fez com que o deputado deixasse de apresentar essa moção de repúdio, porque, com todo respeito ao deputado, ela representaria uma atitude autoritária por quem sempre defendeu, nesta Casa, a democracia. Entendo que essas questões de obrigar representantes de entidades, que representam um papel importante dentro de Mato Grosso do Sul, contribuindo com seu desenvolvimento, seria, na verdade, uma atitude autoritária, própria de regimes de ditaduras, nos quais quem não vai, quem não prestigia uma solenidade do governo de plantão, pode ser punido. Fico satisfeito que o deputado Zeca do PT tenha desistido de apresentar tal moção, porque, não é da figura dele, um democrata, agir dessa maneira. Somente isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero pedir licença ao meu querido colega, deputado Coronel David, sempre carinhoso comigo, é um amigo. Quero dizer ao deputado e a quem nos escuta e nos assiste, que radicais e autoritários foram aqueles que, não reconhecendo ou não entendendo o grau de representatividade que têm, frente a entidades da envergadura da Famasul e da Acrissul, negaram-se a prestigiar um evento exatamente no setor que os representa e que comercializa a carne que produzem para o mercado chinês. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Zeca, só para clarear sua fala. Ontem, comentei com o deputado Pedro Kemp e posso falar isso com autoridade, porque aqui está um deputado, presidente, que esteve presente nas duas vezes em que Bolsonaro veio a Mato Grosso do Sul, enquanto presidente, no assentamento Itamarati e eu estava presente; no assentamento em Terenos, eu estava presente; e estava presente na vinda do presidente Lula. Então, existe uma diferença entre ser democrático estadista e fazer política partidária. Acho que a gente tem que entender bem esses momentos. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: duas indicações (Prot. nºs 01144/2024, 01140/2024); um requerimento (Prot. nº 01143/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01136/2024). De autoria do deputado João Henrique: quatro indicações (Prot. nºs 01132/2024, 01128/2024, 01127/2024, 01126/2024). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 01145/2024); um projeto de lei (Prot. nº 01130/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 01163/2024, 01164/2024); um projeto de lei (Prot. nº 01166/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma moção de pesar (Prot. nº 01167/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: seis indicações (Prot. nºs 01186/2024, 01185/2024, 01184/2024, 01162/2024,

01161/2024, 01160/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01159/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de pesar (Prot. nº 01177/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 01181/2024, 01180/2024, 01169/2024); um requerimento (Prot. nº 01170/2024). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº 01171/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01172/2024); um projeto de lei (Prot. nº 01168/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma moção de pesar (Prot. nº 01173/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 01176/2024, 01175/2024); uma moção de aplauso (Prot. nº 01174/2024).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, deputado Professor Rinaldo. Já falou. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos, mas, não precisa usar todo o tempo.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, mais uma vez, quero cumprimentar todos os colegas parlamentares. Não vou precisar de trinta minutos, presidente. Só vim falar sobre um tema... Semana passada, solicitei uma reunião com alguns atores: a procuradora-geral do estado, doutora Ana Ali, o secretário de estado de Saúde, Maurício Simões, e o defensor público-geral, doutor Pedro Paulo, com as respectivas equipes, e tratamos sobre o assunto judicialização da saúde. Quando tomei posse e em outras manifestações, inclusive, pedi para participar da Comissão de Saúde, na qual sou vice-presidente, é um assunto que eu, ainda como secretário de Governo, falei muito sobre isso, sobre a questão da judicialização da saúde. Ela cresce exponencialmente e, hoje, o estado está gastando mais de cem milhões de reais com pagamentos de processos judiciais, com entrega de medicamentos, cirurgias, vários gastos envolvendo o atendimento à saúde. Há um incômodo. Isso incomoda muito e incomoda, também, o governo do estado, porque o cidadão está tendo que recorrer à Justiça para receber aquilo que lhe é de direito. O estado querendo atender, mas, às vezes, por questões de não organizar esse fluxo, vem acontecendo esse aumento da judicialização. Então, pedi essa reunião com esses atores e discutimos ações para poder equacionar essa judicialização da saúde, diminuir essa judicialização, para que as pessoas possam receber esse atendimento sem ter que recorrer à Justiça. Qual ideia surgiu desde quando estávamos na Secretaria de Governo? Fortalecer esse setor que trata do atendimento antes da demanda judicial acontecer. A proposta, nessa reunião, foi que se criasse, com o apoio desta Casa, por meio da Comissão de Saúde, uma organização dentro da Secretaria de Saúde, com a participação da Defensoria Pública e da PGE, para que, antes das ações serem propostas, a secretaria, por meio desse setor, possa fazer esse atendimento. Eu recebo — e vocês devem receber também — situações de processos judiciais, de medicamentos, que poderiam, às vezes, ser disponibilizados facilmente e viraram demandas judiciais, com recursos, por parte da procuradoria, porque a demanda exige o recurso. Isso é uma metodologia natural da PGE, de fazer esse recurso, e as pessoas

acabam não sendo atendidas. Então, essa reunião foi muito proveitosa e foi marcada, a partir do dia 22, uma nova reunião, envolvendo o Tribunal de Justiça. A ideia é se criar uma plataforma, disponibilizada dentro de um termo de cooperação, envolvendo esta Casa, com a Defensoria Pública, com o Poder Judiciário e com a PGE, para que, antes da demanda ser proposta, a Defensoria, por meio dessa plataforma, possa envolver a Secretaria de Estado de Saúde, esse setor. O governador Eduardo Riedel já autorizou que seja reforçada a equipe, uma equipe multisetorial, dentro desse setor da Secretaria de Estado de Saúde para que possa atender essa demanda antes dela se transformar em uma demanda judicial. A PGE ficou de agendar essa reunião com o Tribunal de Justiça, e, depois, trazermos essa discussão, em uma audiência pública, para esta Casa, para normatizarmos esse atendimento. Claro que vamos ter situação em que haverá demandas judiciais. Temos atendimentos de remédios experimentais, que ainda não estão na lista dos atendimentos cobertos pelo SUS. Temos, também, que ampliar a lista de medicamentos a serem cobertos, porque existe uma limitação nessa lista e isso precisa ser ampliado. Haverá situações de judicialização, mas, não tenho dúvida de que, organizando esse fluxo, envolvendo os atores... A Defensoria, hoje, segundo levantamento, atua em mais de 95% desse processo; então, os processos da judicialização da saúde iniciam-se na Defensoria. Às vezes, por falta de uma resposta eficiente, por falta de um acompanhamento, por falta de oportunização de a secretaria fornecer esse medicamento, ou essa cirurgia, disponibilizando-a dentro do programa MS Mais Saúde, um programa que está em andamento e que o governador Eduardo Riedel quer manter como um programa perene. Anualmente, o estado deve fazer esse atendimento de cirurgias nos municípios, fortalecendo a regionalização da saúde. Então, eu não tenho dúvida de que unindo esses atores, a Assembleia Legislativa, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, a Procuradoria-Geral do Estado, vamos dar eficiência a esse atendimento e evitaremos muitas ações judiciais. Com isso, vamos conseguir atender à população mais rapidamente, vamos fazer com que as pessoas que procuram estado em busca desse atendimento de saúde possam receber esse atendimento, sem necessitar recorrer ao Poder Judiciário. É uma luta...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Conceda-me um aparte, deputado?

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim. Só um minuto, deputado. É uma luta, é um trabalho que a gente vem fazendo desde quando estava na secretaria, por entender que é fundamental para atingir aquilo que é direito do cidadão, que é o direito à saúde. Volto a insistir: temos limitações? Temos, sim, mas, disse à procuradora-geral e ao defensor público: não tenho dúvida de que vai diminuir e muito essa judicialização. Estou falando de mais de cem milhões de reais que poderiam ser aplicados. Na verdade, se você aplicar cem milhões em saúde, você está aplicando bem, porque o recurso está voltando para atender à saúde da população. Só que, muitas vezes, dentro do processo judicial, esses valores gastos são subestimados, há que se considerar o tempo que é gasto para poder ter esse atendimento, os honorários, os procedimentos que poderiam ser feitos em Mato Grosso do Sul, mas, acabam sendo feitos em outros estados, por causa de uma determinação judicial, é feito aonde foi encaminhado pelo parecer ou

relatório do médico que forneceu para o paciente, dentro da demanda judicial. Estamos perdendo recursos que poderiam ser muito mais eficientes no atendimento da nossa população. É um assunto que eu quero trazer para esta Casa, por meio da Comissão de Saúde, mas, por meio de todos os parlamentares. Vamos promover essa audiência pública, percebi uma vontade muito grande do governo do estado em melhorar essa situação, há uma grande boa vontade da PGE e da Defensoria. Agora, vamos envolver também o TJ, que já está trabalhando, dentro dos processos do SAJ [e-SAJ, serviço que disponibiliza informações sobre a tramitação de processos], a possibilidade de criar um mecanismo para agir antes do processo se iniciar. Juntando esforços, vamos ser muito mais eficientes. Trabalhando juntos, vamos conseguir atingir esse objetivo. Um aparte ao deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quero parabenizar Vossa Excelência por essa notícia que o senhor traz para a Sessão de hoje, que dá esperança de que vamos poder melhorar esse atendimento aos pacientes de Mato Grosso do Sul. Muitos deles passam por um verdadeiro calvário, um drama. Já recebi, no gabinete, vários pacientes, que procuram a Casa da Saúde, não tem o medicamento lá, recorrem à Defensoria Pública, que ajuíza uma ação. De repente, a pessoa até ganha a ação, mas o estado demora para cumprir e é obrigado a recorrer, e a pessoa fica, às vezes meses, aguardando uma medicação, que não pode deixar de ser administrada para esse paciente, não é? Então, acho que a adoção desse protocolo, desse formulário, para o atendimento das pessoas, na perspectiva de agilizar esse atendimento, é uma grande notícia que Vossa Excelência traz aqui. Acho que é importante a gente lembrar que a saúde é um direito de todos e é um dever do Estado. Realmente, existem situações em que a pessoa hipossuficiente, carente, precisa de atendimento por parte da rede pública, no caso de medicamento de alto custo, da Casa da Saúde. Tenho um caso aqui, deputado, de uma amiga minha que contraiu aquela doença do pombo, eu não sei agora o nome da doença, mas, é uma doença grave. Encontrei essa pessoa no hospital, com muita dificuldade para respirar, ela precisava de um medicamento que custava vinte e cinco mil reais e não tinha condições de comprar esse medicamento. Ela passou por esse drama todo, de recorrer à Casa da Saúde, de não ter um remédio, se ainda fosse fazer a compra pública, demoraria mais ainda. É preciso a gente olhar com carinho essa situação de pacientes, que realmente necessitam desses medicamentos de alto custo e que não podem aguardar muito tempo. Acho que esses procedimentos que estão sendo discutidos nos dão a esperança de que essa questão possa ser melhor administrada e, também, de certa forma, impedir essa quantidade de judicialização que estamos tendo nessa área da saúde. Então, parabenizo Vossa Excelência por trazer essa informação e tomara que essa força-tarefa, essa comissão que está discutindo, possa realmente apresentar um caminho mais ágil e mais eficiente para a gente atender à população nessa área. Muito obrigado.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Com certeza, deputado Pedro Kemp. Agradeço a contribuição e a ideia é a gente unir esforços. Volto a repetir: vamos ter situações em que a judicialização vai acontecer, temos situações de medicamentos que

são experimentais, temos várias situações de cirurgias complexas que não vão estar disponibilizadas, mas, eu estou falando de situações em que, muitas vezes, por falta de um acompanhamento mais de perto, deixa de ser resolvido. Tive a oportunidade de começar a tratar desse tema quando estava no governo e não tenho dúvida de que, juntando esforços com esses atores e com a vontade política do governo... Existe a vontade. Estive, logo depois dessa reunião, com o governador tratando de outros assuntos e comentei com ele... Inclusive, quero agradecer publicamente a disponibilidade do defensor público-geral, Pedro Paulo, e da sua equipe, da procuradora-geral do estado, Ana Carolina Ali, e do secretário Maurício Simões, por virem até esta Casa e nos reunir para tratarmos do assunto. Eles têm boa vontade e quero auxiliá-los. Acho que a Assembleia tem um papel fundamental nisso, porque recebemos essas situações, e o senhor mesmo comentou que recebe, constantemente, as mesmas situações e sinto que, se tratarmos isso de forma unificada, vamos conseguir avançar muito e não tenho dúvida disso. Por isso, quero pedir aos senhores que nos auxiliem. Deputado Lucas de Lima, que chegou agora, presidente da Comissão de Saúde, eu fiz essa primeira reunião, deputado, mas, vamos trazer isso para a Comissão de Saúde e estou aguardando só a data em que a procuradora Ana Ali vai marcar a reunião no Tribunal de Justiça para conversarmos com o presidente do TJ, porque há um procedimento em andamento no tribunal para tratar disso, que também está preocupado com a situação. Depois, poderemos fazer uma reunião na Comissão de Saúde e trazer para uma audiência pública e reunir todos os deputados para tratar disso. É um assunto complexo, apesar de parecer simples quando falamos aqui. Não é simples, é complexo, mas, tenho certeza de que, com a vontade política que já existe e com a participação de todos nós, vamos avançar. Concedo um aparte ao deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Deputado Caravina, quero ressaltar a importância desse tema e quero aproveitar que Vossa Excelência está à frente desse debate na Assembleia para lembrar da importância de estender esse debate aos municípios. Fui prefeito, Vossa Excelência foi prefeito, o deputado Roberto Hashioka foi prefeito. Já me deparei com casos, quando era prefeito... Chegava uma ordem: "Oh, tem que comprar um medicamento que custa quinhentos mil". E eu perguntava ao promotor: OK, mas, o que eu tenho que deixar de fazer? Porque, estabelecendo critérios, envolvendo Defensoria Pública, o governo do estado e a própria Assomasul... É um tema seriíssimo, porque, muitas vezes, eu me deparei com essa situação, chega uma ordem judicial e tem que cumprir, mas, muitas vezes, por falta de diálogo e negociação... Temos uma coisa chamada previsibilidade; temos um orçamento para trabalhar no ano e se toda hora chega uma ordem judicial para comprar medicamento de cem, duzentos, trezentos e aqueles que precisam ficar sem o medicamento mais simples, digamos assim? Se você gastar quinhentos mil num medicamento, vai faltar medicamentos no posto de saúde! Até porque o orçamento é um só. Então, esse é um debate importantíssimo, tanto em nível estadual quanto em nível municipal. Vossa Excelência sabe, como prefeito que foi, quanto que os municípios são demandados com essa questão. Acho importante essa iniciativa de Vossa

Excelência e que surja uma solução importante, negociada para o estado e, também, para os setenta e nove municípios. Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputado Paulo Duarte, obrigado pela colocação. Por isso, complementando essa questão dos municípios, a importância do envolvimento da Defensoria Pública, porque a Constituição traz, em seu texto, que a saúde é direito de todos e dever do Estado. A Defensoria, no atendimento do dia a dia do cidadão, entra com o pedido e coloca no polo passivo o município e o estado. Por isso, é importante envolver a Defensoria para que a gente possa delinear esse atendimento que, em muitas situações, são medicamentos ou até cirurgias de alta complexidade, de valores altos, que acabam aumentando quando a demanda judicial chega ao segundo grau, na execução, e a cirurgia acaba — e eu comentei no início — sendo realizada em outro estado, com valores bem superiores ao que se podia ser feito em nosso estado. É necessário o envolvimento da Defensoria para que no nascimento dessa demanda — ou antes disso, antes de nascer essa demanda — a gente possa trazer a solução. Assim, o município demandado, junto com o estado, tendo uma câmara de conciliação, em conjunto... Por isso, a ideia da Defensoria ter esse atendimento aqui, essa plataforma, trazer os pedidos do cidadão, lá da ponta, dos municípios, fazer os pedidos chegarem através dessa plataforma até a Defensoria para que a gente possa resolver antes dessa situação acontecer. Já aconteceram casos, deputado Paulo Duarte, de mandados de prisão serem expedidos para secretários de Saúde, tanto em nível estadual quanto municipal, muitas vezes, por falta desse acompanhamento, de ter essa organização para discutir esse assunto, que é complexo, mas, que pode ser minimizado, com certeza, com a união de esforços. Concedo um aparte à deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Também tenho acompanhado essa pauta, a partir de famílias, e tenho uma pessoa da família que vivencia uma situação de medicação e [de tratamento] de saúde de doenças raras. O processo judicial é moroso, muito caro para o estado, porque tem que pagar tanto a defesa da criança quanto a própria defesa do estado e, no final, o estado é obrigado a cumprir com a decisão. Já existem alguns estudos econômicos que mostram que isso não é inteligente por parte do estado, porque se ele garantir a política pública de atendimento à pessoa que está doente — em especial, quero mencionar as crianças, porque, venho acompanhando históricos de mães que acompanham crianças nessas situações —, a gente consegue prevenir situações de agravamento das doenças para as crianças, tranquilizar as famílias e, nesse processo de escuta das famílias, eu ouvi várias histórias de famílias que estão buscando auxílio em São Paulo, no Paraná, porque outros estados já se adiantaram nessa política. Recentemente, conversei com a doutora Adriana, alergista de Campo Grande, que nos trouxe uma demanda também bastante importante, que são as crianças que têm alergia à proteína do leite e que têm necessidade de uma alimentação complementar, mas o estado não tem fornecido esse alimento para elas. As crianças precisam desse alimento até os dois anos de idade. Não tendo esse alimento, entra no processo de desnutrição e, obviamente, terão problemas de saúde

para o resto vida, porque, na primeira infância, é necessária uma alimentação saudável. Então, temos diversos elementos que precisamos trazer para esse debate e, de fato, não é um debate fácil, é complexo. Entendendo que prevenir é o melhor remédio, ter uma política de atendimento às pessoas e de prevenção é muito mais saudável. Acompanho uma história da minha família, de uma história como essa, em que a adolescente precisava de uma medicação, que era cara, a família "entrou na Justiça" e demorou três anos para conseguir a medicação. A criança teve grande risco de ter a sua doença complicada; a mãe ficou com grandes problemas de ansiedade emocional, porque foram três anos em que, todos os dias havia o medo, saber a reação, o que poderia acontecer e qual seria o próximo nesse processo. Os processos judiciais não são decididos por um grande período; todos os anos, a família precisa entrar de novo com um novo processo judicial e isso traz uma ansiedade e problemas de saúde emocional para a família toda. Precisamos, realmente, olhar para isso com um cuidado especial e garantir que essas pessoas sejam realmente atendidas e cuidadas pelo estado. Em especial, as crianças e as mães, porque são elas que são as que mais sofrem com esse processo. Obrigada.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado, deputada Gleice Jane, pela contribuição. É isso. Quero agradecer a participação dos colegas. Vim para fazer esse relato dessa reunião, vamos estar acompanhando, a partir do dia 22, essa próxima reunião com o Tribunal de Justiça e vou manter esta Casa informada sobre o andamento. A Comissão de Saúde também vai estar se reunindo, vamos propor uma reunião, deputado Lucas de Lima, para avançarmos nessa pauta, que é importantíssima. Com certeza, vai trazer um resultado positivo para nossa população, com um único objetivo: que essas demandas judiciais sejam reduzidas e que o atendimento da população seja mais eficaz. Por hoje é só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrarmos que o nosso deputado Pedrossian Neto está em Brasília, na reunião, no Ministério dos Transportes. E os deputados Renato Câmara, Marcio Fernandes e Junior Mochi fazem agenda, também, hoje, em Brasília, no Ministério do Planejamento, representando a Casa em reuniões. Queremos registrar e agradecer, com muito orgulho, a presença da Luiza Ribeiro, vereadora do município de Campo Grande; da vereadora do município de Rochedo, senhora Maria da Glória; do vereador do município de Coxim, senhor Marcio Barbosa; do senhor Maurício Lemes, vereador do município de Dourados; e do Rober Moura, o Rober da Pax, vereador do município de Nova Alvorada do Sul. Agradecemos e registramos a presença de todos. Não há mais oradores inscritos. Está encerrado o Grande Expediente. Consulto o senhor segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove deputados presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1... Tem que retirar da pauta, porque o

deputado não está presente, em virtude de viagem. O deputado Antonio Vaz está presente? Ausente o deputado Antonio Vaz. Vamos pular, se ele aparecer na Sessão, votamos hoje. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 023/2024. Autor: deputado Amarildo... Desculpa, estamos com as pautas trocadas. O item 1 é o projeto do deputado Coronel David. Está correta a pauta de vocês? Item 1. Projeto de Lei 055/2024. Autor: deputado Coronel David. "Declara de utilidade pública estadual o Centro de Equoterapia da Polícia Militar de Nova Andradina". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 055/2024, de autoria do deputado Coronel David.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação, com o "voto sim" do deputado Paulo Corrêa no sistema. Bom dia, deputado. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Há uma equipe aqui querendo derrubar o treinador. Já me deram duas pautas erradas hoje. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 312/2023. Autor: deputado Neno Razuk. "Institui a Campanha de Conscientização do Transtorno de Processamento Sensorial (TPS) no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. A Comissão de Saúde emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 312/2023, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSD).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, para agradecer a assessoria da Casa, em especial à Cibele, que nos assessorou na Mesa Diretora, que conseguiu liberar o nosso telefone, que tinha um probleminha, para que a gente pudesse fazer a votação. Está perfeito agora.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Perfeito. Encerrada a votação. Solicito ao senhor segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Aprovado. Vai à redação final, porque teve emenda. Item 3. Consulto se o deputado Junior Mochi está na Sessão. Deputado Junior Mochi está em Brasília, retirado de pauta. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 050/2024. Autor: deputado Pedro Kemp. "Institui no Calendário Oficial de Eventos de Mato Grosso do Sul, na forma da Lei 3.945, de 4 de agosto de 2010, o Dia Estadual de Observação de Aves, a ser comemorado no dia 28 de abril, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Para discutir, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, recebi no meu gabinete um grupo de pessoas que trabalham nessa linha da observação de aves como um incentivo ao turismo e, também, ao turismo contemplativo. Inclusive, a vereadora Luiza Ribeiro, que está presente na Sessão, já fez atividades, em seu mandato, para incentivar essa prática da observação de aves. O nosso estado, principalmente Campo

Grande, é rico em aves. Temos uma variedade muito grande de aves, somos privilegiados e devemos incentivar a observação de aves até no sentido de haver uma proteção, uma preservação dessa riqueza que temos, dessa diversidade da nossa fauna de Mato Grosso do Sul, o estado do Pantanal. Esse projeto visa a fazer com que os municípios de Mato Grosso do Sul também possam caminhar nesse sentido de incentivar o turismo contemplativo, incentivar a prática da observação de aves e eu acredito que trabalha, também, a conscientização das pessoas no sentido de preservar essas riquezas que nós temos, que é essa diversidade da nossa fauna em Mato Grosso do Sul. Então, senhor presidente, peço apoio, principalmente do deputado Paulo Duarte, que estava um pouco indeciso sobre essa questão, mas, é um projeto importante para incentivarmos essa prática da observação de aves em nosso estado. Muito obrigado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Ainda em discussão. Pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Na verdade, deputado Pedro Kemp — quando eu falei com ele, por telefone, ele não conseguiu entender —, sou da região do Pantanal e esse projeto é muito importante. Na Estrada Parque, por exemplo, os chamados "bird-watchers", meu inglês está meio pantaneiro, mas, são observadores e há pessoas que vêm de toda parte do mundo para observar pássaros. É um segmento importante para o turismo contemplativo, deputado Pedro Kemp, é a saída para Mato Grosso do Sul respeitar aquilo que é a vocação natural de algumas regiões do estado. Então, com certeza, os observadores de pássaros são, hoje, no mundo inteiro, uma quantia muito grande de pessoas que fazem um turismo limpo, sustentável, contemplativo, que é aquele turismo de que precisamos. Na verdade, eu queria apoiar esse projeto, não tinha dúvida nenhuma...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — A ligação não estava muito boa, e eu não consegui captar a mensagem de Vossa Excelência.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Perfeitamente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, eu gostaria de registrar que o inglês pantaneiro do deputado Paulo Duarte é muito ruim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Por isso que é pantaneiro, é rústico.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Ele tem que consultar uma professora de inglês, que está ali, pertinho dele, a deputada Gleice Jane. É "bird-watcher", deputado Paulo Duarte. Consulto a deputada Gleice Jane...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — "Bird-watcher". O que eu falei? Pantanal, Brasil!

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, o termo é observação de aves. Não é em inglês...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Só queria parabenizar o deputado Pedro Kemp, senhor presidente, por esse projeto. O nosso estado é muito vasto nessas questões. Em alguns pontos turísticos do nosso estado há essa questão da contemplação. Na região de Miranda, por exemplo, é possível visitar algumas fazendas que são para contemplação de aves, de pássaros e para momentos fotográficos. E não distante disso, o nosso município, a nossa capital do estado tem uma área que a prefeita Adriane Lopes está preparando, que é a região do Ceuzinho, onde já foram contempladas inúmeras espécies de aves lá. Além de parque ecológico, de parque turístico, será, também, um parque de contemplação fotográfica de aves. Então, essa preservação é fantástica. Parabéns! Tenho certeza de que isso irá acrescentar para o município de Campo Grande, para nossa capital e para o estado de Mato Grosso do Sul. Um parque turístico que vai, obviamente, segurar o turismo em Campo Grande, ter um lugar para visitar e, também, abranger essa questão da contemplação de aves no local. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Enquanto o pessoal vota, gostaria de ponderar, até porque estamos no momento da votação de projetos. Ontem, por exemplo, o governador Eduardo Riedel fez um comentário, lá na Feira de Tecnologia da Agricultura Familiar, que nós estamos muito atrasados na comunicação, no sistema de telefonia móvel, e comentou que o vice-governador Barbosinha, disse que, de Campo Grande a Dourados, por exemplo, só em algumas partes se consegue falar no telefone. Tive a oportunidade, no final do ano, deputada Mara, de ir de Pedro Juan até a divisa do Paraguai com a Argentina. Ao longo do caminho, você fala normalmente. O quanto nós

estamos atrasados! Por que faço esse comentário, presidente? Porque tem um projeto meu aqui, não sei onde que está parado, que propõe um sistema de telefonia rural móvel para contemplar todas as regiões da área rural do nosso estado. Tem, também, um outro projeto meu, que também está parado, que cria o serviço de inspeção para os produtos da Agricultura Familiar. Precisamos ver como que está isso. Em terceiro lugar, tem um projeto que propõe a criação do conselho estadual de desenvolvimento rural, que vai regulamentar, por sua vez, reestruturar os conselhos municipais, chamados CMDR. Eu queria ponderar isso, pedir a Vossa Excelência que...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está registrado, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Apenas para cumprimentar o deputado Zeca pela fala, realmente esse é um problema que acontece, senhor presidente, no interior de Mato Grosso do Sul, nas estradas. Há, deputado Zeca do PT, quem consiga nos ajudar, ajudar o presidente Lula e o governo federal: a figura do Elon Musk. Ele detém a tecnologia para disponibilizar a internet móvel em áreas remotas, disponibilizar antenas, até mesmo onde não exista fio e cabeamento. Então, quem sabe, deputado, Vossa Excelência poderia sugerir ao presidente Lula que entrasse em contato, eu tenho o perfil dele no "Exis", no X, não é? Quem sabe Mato Grosso do Sul poderia se beneficiar dessa ligação aí, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrando que disponibilizar, como o senhor diz, é contratar, porque não é barato, não. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Como líder da bancada do PT, eu me permito, com todo o respeito, evidentemente, já indicar o nome do meu parente, deputado João Henrique, como nosso interlocutor com o representante deles lá no Estados Unidos.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Quero parabenizar o deputado. Na verdade, deputado Zeca do PT, não só na região de Dourados, mas se você sair daqui para Bataguassu, por exemplo, daqui a Santa Rita do Pardo, são duzentos e quarenta quilômetros sem nenhum sinal, nada, para fazer ligação alguma. Você atravessa o rio Paraná e chega ao estado de São Paulo, do meio da ponte em diante, você já começa a pegar o sinal e vai até São Paulo, capital, com sistema 4G direto, com internet ligada, respondendo seu WhatsApp ininterruptamente. Então, esse é o atraso

de Mato Grosso do Sul. A gente anda o interior do estado e não consegue ter sinal em lugar algum para poder se comunicar nas estradas. Parabéns, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Cumprimento a questão de ordem levantada pelo deputado Lidio Lopes e quero dizer que não é só lá. Temos uma pousada na Foz do Apa, e somos obrigados, a minha família, a comprar chip da Tigo paraguaia para podermos nos comunicar dentro do rio. Lá é lugarejo, deputado Coronel David, com duzentos habitantes. Tem uma torre maior que qualquer torre que tem no estado. É descabido um estado que você pretende desenvolver... A festa de Carnaval em Piraputanga junta cinco mil pessoas e ninguém consegue se comunicar.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 50/2024, de autoria do deputado Pedro Kemp.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Quatro requerimentos, vinte e sete indicações e cinco moções de congratulação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, eu queria pedir vista do item 4 dessa discussão. O "item 4 do Item 4", Requerimento nº 604/24, pelo prazo regimental.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pelo prazo de regimental, concedido vista ao item 4. Então, vamos votar três requerimentos, vinte e sete indicações e cinco moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Item 6. Moção de pesar. Em discussão única e votação simbólica. Proposta pelo deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento do senhor Carlos Dias Miranda. Também com assinatura dos deputados Caravina e Zé Teixeira. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Encerrada a Ordem do Dia.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — É sobre uma representação da Polícia Rodoviária Federal, que vem estabelecer o primeiro diálogo, pediram-me para ser o porta-voz disso, com Vossa Excelência, porque querem fazer uma reunião com os deputados, possivelmente na Sala de Reunião da Presidência, para a Polícia Rodoviária

Federal colocar o ponto de vista e as preocupações, com relação à Rota Bioceânica. Entendo ser de suma importância uma reunião dessa para estabelecer esse contato e proponho a Vossa Excelência que defina, como presidente, uma data, para ser comunicada à direção da PRF em nosso estado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Já registramos a presença do Oziel Saldanha, superintendente adjunto da PRF, junto com a equipe. Obrigado pela presença. Vamos estabelecer essa agenda, deputado, e, certamente, em breve, estaremos fazendo agenda com a PRF. Neste momento, esta presidência suspende a Sessão para o uso da tribuna (10h55min). Conforme requerimento da deputada Gleice Jane, a tribuna será utilizada para que a senhora Luiza Ribeiro, vereadora do município de Campo Grande, possa discorrer sobre os desafios enfrentados pelas mulheres ocupando os espaços de poder no exercício de suas funções. Convido a palestrante, vereadora Luiza Ribeiro, e informo que Vossa Senhoria disporá de quinze minutos para falar sobre o tema especificamente, podendo, no final, haver comentários. Convido a deputada Gleice Jane para acompanhar daqui, da mesa, a fala da vereadora Luiza Ribeiro. Com a palavra, a vereadora Luiza Ribeiro.

SENHORA LUIZA RIBEIRO (vereadora de Campo Grande - PT) — Muito obrigada e cumprimento todas as pessoas. Bom dia, presidente, obrigada por ter concedido esta possibilidade e agradeço, especialmente, a minha companheira, deputada estadual Gleice Jane, e, também, as minhas companheiras, deputadas Mara Caseiro e Lia Nogueira, que me proporcionaram esta possibilidade de estar aqui falando de um tema tão importante. Cumprimento os meus companheiros, deputados Zeca do PT e Pedro Kemp, e todos os demais. Começo parabenizando a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, que tem dado uma contribuição muito interessante a respeito do problema da violência no âmbito da política e, especialmente, a violência voltada contra as mulheres, que é a chamada violência política de gênero. Neste ano, vimos vários atos e, inclusive, atos legislativos como a aprovação do Estatuto da Mulher Parlamentar, que foi muito importante e é um instrumento legislativo de referência para todo o estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, o fato de ofertar a possibilidade de usar esta tribuna por parlamentares, por mulheres da política, como prefeitas e vereadoras que, recentemente, no exercício de suas atividades políticas, sofreram agressão, caracterizada, hoje, como violência política de gênero. Essa prática da Assembleia Legislativa ajuda, muito, a todas nós e à sociedade como um todo. É preciso, primeiro, dar visibilidade à violência política de gênero, porque ela ocorre verdadeiramente e para combater, para prevenir, é preciso reconhecer que ela existe. A violência é tão forte, ainda mais contra as mulheres e, especialmente na política, que muitas vezes ela está mascarada, disfarçada, invisibilizada, porque a cultura da opressão, a cultura do patriarcado, a cultura do machismo é muito forte. Muitas vezes, mulheres e homens cometem atos de violência política e, na maioria das vezes, ainda se surpreendem quando são alertados de que há, naquele ato, violência política de gênero. Então, fazer encontros como este, para que a sociedade comece a discutir essas ações e ver como é que a gente faz, na prática, para coibir essa violência, é muito

importante, porque, precisamos criar, na nossa democracia brasileira, um reequilíbrio ou um equilíbrio, porque nunca tivemos esse equilíbrio, então, é necessário equilibrar a nossa democracia com uma efetiva representação entre homens e mulheres. Sabemos que somos mais da metade da população, mas, estamos muito sub-representadas. Só aqui, neste Parlamento, temos três mulheres para representar quase 54% das sul-mato-grossenses. Isso não corresponde à democracia, porque a democracia é, exatamente, a representação e não temos, aqui, a representação efetiva do que se passa na nossa sociedade com tão poucas mulheres. E lá no Parlamento municipal, onde participo, deputado Zeca do PT, o senhor conhece bem, a mulher é mais sub-representada ainda; temos vinte e nove cadeiras e sou a única mulher na Câmara Municipal de Campo Grande. Em torno de 5% de todo o Parlamento de Campo Grande é representado pelas mulheres, quando somos quase 54% da população de Campo Grande. Esse ambiente não se formou naturalmente assim. As mulheres estão sendo afastadas do poder político, estão sendo afastadas da atividade política em razão de comportamentos da sociedade — temos agressores homens e agressoras mulheres — que são verdadeiros atos de violência política de gênero. Essa violência política de gênero já não é mais só uma tese acadêmica ou um discurso político que as mulheres estejam fazendo em nossa sociedade. A violência política de gênero está tipificada em lei federal! Então, temos a Lei nº 14.162, aprovada em 2021, por iniciativa da deputada Rosângela, do partido Republicanos. Temos, então, quase três anos de eficácia dessa lei e precisamos fazer com que ela seja conhecida, especialmente nos momentos pré-eleitorais e eleitorais, que seja, efetivamente, revelada para que cumpra sua função. Qual é a função da lei? Coibir, mas, punir também; estão lá as condutas tipificadas, como condutas de violência política de gênero. Então, a desigualdade que temos que enfrentar, a desigualdade racial, a desigualdade social, mas, a desigualdade de gênero também tem que ser enfrentada através do combate à violência política de gênero, porque, ela afasta as mulheres do âmbito da política e isso é muito grave, não só para as mulheres, mas, basta que seja grave para as mulheres. Temos que cuidar muito disso, mas, ela é grave para toda a sociedade, porque, ela acaba reduzindo a potência da democracia brasileira. Se formos qualificar a democracia brasileira, vamos qualificá-la como democracia débil, em razão da sub-representação de uma parte importante da sociedade, que são as mulheres. No ranking internacional de cento e oitenta e seis países, o Brasil figura na posição cento e trinta e cinco, como o estado internacional em que há menos participação das mulheres na política e a medida, o parâmetro dessa pesquisa, é exatamente a participação das mulheres no Parlamento. O Brasil precisa avançar. Já avançamos, criando esses elementos legislativos. Por exemplo, o Estatuto da Mulher Parlamentar, que as deputadas iniciaram aqui, foi aprovado por todos, é muito importante. É importante que no âmbito das relações, em todos os momentos, seja no gabinete, seja nas ruas, nos partidos políticos, nos Parlamentos, no Executivo, cuidemos de noticiar que a violência política de gênero existe, ela é efetiva, ela exclui, machuca, primeiramente a vítima, causa um dano à família da vítima, causa um dano a toda a comunidade daquela situação, mas, ela também causa danos à democracia brasileira, porque afasta as mulheres do poder. É preciso fazer experiências e trabalhos

como vocês têm feito na Assembleia, chamando quem é vítima, pelo menos as pessoas que se declararam, enfim, como vítima da violência política de gênero. Particularmente, quero dizer que sofri, há duas semanas, uma violência no exercício do mandato. Estava em plenário e o vereador Tabosa, do PP, não gostou da minha posição política e me atacou com palavras muito ofensivas; ele disse que para eu me referir a ele, deveria lavar a minha boca, sendo que em nenhum momento fiz agressão à pessoa dele, ao contrário, eu o chamei até, inclusive, de Excelência, o que, às vezes, não é muito usual, quando estamos acostumados com os colegas. É preciso reagir e, naturalmente, que eu reagi. Fiz uma representação no âmbito da Comissão de Ética à Mesa Diretora, para as providências, e, também, ao Ministério Público Eleitoral, que é o responsável, segundo a lei federal, para o que a lei tipifica como crime de violência política de gênero. O mais interessante, é que justamente na esteira da Assembleia Legislativa, eu, como única vereadora na Câmara de Campo Grande, convidei outras vereadoras que também tinham sofrido, nesses dias, violência política de gênero, para falar com os nossos vereadores e com toda a sociedade a respeito dessa matéria. Convidamos a vereadora de Cassilândia, Sumara Leal, que também esteve aqui, ela esteve lá no nosso plenário; convidamos a vereadora Débora, que é de Guia Lopes da Laguna, que também foi agredida no plenário, foi uma violência verbal grave, foi chamada de burra, foi dito que ela utilizava o mandato de forma incompetente e burra, com palavras muito ofensivas; depois que nós fizemos toda essa pedagogia, ainda tivemos o dissabor de, dentro do nosso plenário, ter um dos colegas vereadores a me agredir, de forma verbal, fazendo um ato de violência política de gênero. Toda a sociedade, especialmente a sociedade política, precisa se envolver. Primeiro, na divulgação de que há a violência contra mulher e há a violência política de gênero contra mulher. Isso é fato. As mulheres já mostraram e revelaram isso em várias situações. Recentemente, mais de oito deputadas federais e algumas deputadas estaduais brasileiras receberam e-mails com grave ameaça, que é uma violência política de gênero. Não podemos nos esquecer da nossa Dorcelina Folador, que sofreu a maior das violências, o homicídio, com toda a natureza, com toda característica de — hoje, enxergamos bem — violência política de gênero. Ela deve ser um símbolo, para carregarmos e voltarmos a falar sobre isso. Não podemos deixar de falar de Marielle Franco, uma vítima que, inclusive, provocou, no âmbito internacional, a condenação do Estado brasileiro para legislar sobre violência política de gênero. A Lei nº 14.162/2021 veio exatamente em razão de toda a repercussão internacional do crime de homicídio gravíssimo contra Marielle. Estamos, neste momento, precisando exatamente dessa pedagogia, de falar com o agressor, de falar com todas as pessoas, com mulheres e homens, que existe violência, que existe violência política de gênero, que não é só o debate político, não é só a disputa política, a gente sabe enxergar quando o ato é um ato de violência e quando o ato é um ato de disputa de ideias, de política. A democracia brasileira precisa de investimentos e um deles é acabar com a sub-representação das mulheres e extirpar qualquer forma de violência. E a primeira que temos que trabalhar muito fortemente é a violência política de gênero, porque, ela acaba trazendo todo um prejuízo para a eleição de novas mulheres e a permanência de novas

mulheres no poder. Agora cedo, eu falei com uma pessoa dizendo que estava vindo para cá falar sobre isso e ela disse assim: "Quem vai querer ir para a política, Luiza?" Qual mulher vai querer ir para a política, não é? Porque é muito difícil! São todas as razões do trabalho doméstico, as questões sociais, enfim, você chega no ambiente da política e sofre agressão. Muitas vezes, essa agressão não era nem vista como agressão! Hoje, não! Hoje, está tipificada e precisamos fazer atos, como este, para que a nossa democracia se consolide, efetivamente, em nosso país, como a democracia que alcance a cidadania, inclusive e especialmente, das mulheres; que os direitos humanos das mulheres sejam respeitados. Quero agradecer as minhas colegas, e me colocar à disposição na Câmara de Vereadores, e a todos que nos ouvem. Vejo no semblante do nosso governador, deputado Zeca do PT, aquele semblante da constatação de que ainda temos muito o que fazer, não é deputado? Temos que avançar e uma das maneiras de avançar é colocar mulheres no poder. No Brasil, temos que copiar os modelos existentes em outros lugares do mundo: ao invés de reservarmos a cota para a disputa eleitoral, deputado Caravina, devemos avançar para reservar cadeiras! Então, como a nossa eleição é totalmente tecnológica, muito fácil de fazer, homens se inscrevem para as cadeiras que vão representar os homens e mulheres vão se inscrever para as cadeiras que vão representar as mulheres. Assim, teremos uma paridade dos eleitos. Então, paridade das cadeiras, paridades das vagas, enfim, como está sendo chamada. Essa é a solução que foi feita no México, na Argentina, no Chile, não é isso? Precisamos tirar o Brasil dessa posição tão vergonhosa, de ter uma democracia quase toda masculina. Obrigada.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Permita-me um aparte, deputada, nossa presidente, Gleice Jane. Que gostoso, não é, Gleice? Quero parabenizar a Luiza Ribeiro, nossa vereadora, a única vereadora de Campo Grande. Com certeza, o peso é bastante grande; já fui a única mulher nesta Casa também. Primeiro, pela coragem de estar aqui, de denunciar e de trazer uma reflexão. Acho que, quando a gente vem aqui e coloca o que você passou, o que outros vereadores passaram, o que a prefeita Rhaiza, em Naviraí, passou, essa violência política de gênero, eu acho que cabe, neste momento, uma reflexão dos nossos parlamentares homens, que estão aqui que, muitas vezes, não entendem o nosso sentimento, que uma palavra, muitas vezes, agride mais do que um tapa. Claro que não queremos ser agredidas fisicamente, mas, a forma de colocar, a forma de falar nos agride e nos faz adoecer, entristecer, acabando por desestimular a participação de outras mulheres na política. Quero agradecer a presença da vereadora Márcia, de Itaquiraí, que está presente. Quando comecei como vereadora e presidente da Câmara Municipal de Eldorado, parece que havia um sentimento de toda e qualquer forma de tentar me rebaixar, destruir: "O que que essa mulher está fazendo como presidente aqui?" Claro que, hoje, mudou muito, graças a Deus! A nossa sociedade mudou, mas, ainda tem esse sentimento de machismo, na forma de se referir às mulheres, diminuindo-as, e isso nos agride. É uma dor muito forte que a gente sente e quando uma mulher é agredida, a gente se sente agredida também. Quero dizer, Luiza, que nós nos sentimos agredidas quando você foi agredida de forma tão violenta, na atitude, nas palavras, da forma que

veio essa agressão. Nós, aqui, também fazemos políticas públicas para combater e estimular mais mulheres a participarem do processo eleitoral, mas, é como você falou, temos que ter uma lei de paridade, uma lei que obrigue, sim, os assentos nas casas legislativas do nosso país, para que possamos atingir... Afinal, são noventa e dois anos de instituição do voto feminino e temos uma representatividade tão ínfima nas casas legislativas. Não tenho dúvida de que precisamos, sim, ter leis que obriguem a vaga do assento para as mulheres nas casas legislativas, para sairmos desse ranking tão vergonhoso sobre a participação da mulher na política no Brasil. Acho que esse sentimento que você nos traz, é um sentimento de todas nós, e presto a minha solidariedade e quero dizer para as mulheres: não se intimidem por conta de atitudes como essas! São essas atitudes que nos fortalecem, porque, queremos continuar no processo, queremos ajudar a tomar grandes decisões importantes para o nosso município, para o nosso estado e para o nosso país. Por isso, temos o direito de ocupar esses espaços, respeitando o espaço dos homens também. Não tenham dúvida, homens e mulheres, queremos caminhar juntos. Então, parabéns, Luiza, e seja bem-vinda a esta Casa.

SENHORA LUIZA RIBEIRO (vereadora de Campo Grande - PT) — Obrigada, deputada.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, para uma manifestação rápida.

PRESIDENTE (deputada Gleice Jane - PT) — Por favor, pela ordem, mas, antes, gostaria de registrar a presença do vereador do meu município de Dourados, Fabio Luiz, que se faz presente. Muito obrigada pela presença. Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Na verdade, quero só parabenizar a vereadora Luiza Ribeiro pela manifestação e acrescentar à fala da deputada Mara Caseiro: houve avanços, e se houve avanços, é por conta de posicionamentos e de posições ocupadas por mulheres como a senhora, deputada Mara Caseiro, como a deputada Gleice Jane e como a vereadora Luiza, que levantam a questão, manifestam e trazem esse assunto, batendo nessa tecla; assim, as coisas estão avançando e melhorando. Com relação às vagas, estamos acompanhando, nesse período pré-eleitoral, de pré-campanha e de formação de filiações para montar a chapa, a dificuldade de encontrar mulheres para compor as chapas nos municípios e, com certeza, a garantia de vagas nas cadeiras vai ampliar esse número, porque, ouvimos de muitas mulheres o seguinte: "Eu não vou disputar, não, porque a gente não tem chance. Acabam elegendo só os homens, a estrutura é montada para os homens, que têm mais força e a maioria dos partidos é dirigido por homens. É mais fácil para eles, a estrutura..." É isso que acontece e, a partir do momento em que você tiver vagas específicas para as mulheres, vai encorajá-las a participarem do processo eleitoral, a disputarem uma vaga, porque elas vão saber que terão representatividade. Acho que é importantíssimo o modelo e vai ser o caminho; isso já vem acontecendo em concursos públicos, o Paulo estava falando

do concurso do Judiciário em São Paulo, com vagas específicas para mulheres, as vagas garantidas. Então, acho que esse é o caminho que vai, com certeza, ampliar a participação das mulheres na política, que é fundamental. Nós, que estamos com três mulheres, vemos a sensibilidade e a forma como elas se apresentam nos projetos e nos debates. A mulher tem uma visão muito mais periférica, muito mais sensível, e é fundamental para a democracia que tenhamos essa participação de forma repartida mesmo, para que tenhamos equilíbrio. Tenho certeza de que quem vai ganhar com isso vão ser as políticas públicas, tanto para homens quanto para as mulheres. Então, parabéns pela sua participação.

SENHORA LUIZA RIBEIRO (vereadora do município de Campo Grande)
— Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhora presidente.

PRESIDENTE (deputada Gleice Jane - PT) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quero parabenizar a nossa vereadora Luiza pelo pronunciamento. Ela veio aqui não só para discorrer sobre o fato que ocorreu na Câmara Municipal de Campo Grande, mas também para nos dar uma aula da importância da participação da mulher na política e de como nosso país ainda está muito aquém nessa representação das mulheres nos Parlamentos; enfim, nos espaços de poder. Queria só lembrar, vereadora Luiza, que na eleição de 2020, o nosso partido lançou 50% de vagas para as mulheres como candidatas a vereadoras e 50% para os homens. E nessa eleição de 2024, o nosso partido passou a ter, como regra, 50% das vagas na chapa para mulheres e 50% para os homens. Elegemos, na eleição passada, um homem e uma mulher, 50% de homens e de mulheres. Espero que nossa bancada, agora, possa crescer, vamos dobrar o número de vereadores e que sejam dois homens e duas mulheres, pelo menos. Quero parabenizar Vossa Excelência e acredito que essa agressão que sofreu na Câmara, não vai intimidá-la para continuar o seu trabalho brilhante como representante das mulheres e da população de Campo Grande, como um trabalho que faz sempre levando para a Câmara Municipal segmentos invisibilizados, segmentos que vivem em situação de vulnerabilidade social, mães de pessoas com deficiência que lutam para ter os direitos dos seus filhos atendidos. Quantas audiências públicas, reuniões, que a senhora fez com esses segmentos, que realmente precisam do apoio do poder público para fazer chegar as suas demandas e serem atendidas. Então, parabéns, excelente colocação que Vossa Excelência fez nesta manhã. Muito obrigado.

SENHORA LUIZA RIBEIRO (vereadora do município de Campo Grande)
— Obrigada.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputada Gleice Jane - PT) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, para dizer, particularmente, à vereadora Luiza que, hoje, com certeza, saímos encantados daqui com pronunciamento que fez, com a qualidade, com a profundidade e com a coragem desse pronunciamento que, com certeza, motiva a todos. Como disse o deputado Caravina, estamos aqui muito bem representados, ainda que em número pequeno, por três mulheres de qualidade, como deputadas estaduais, que têm uma enorme contribuição, que têm dado para esta Casa e para os debates. Por fim, quero motivar esse movimento, essa ideia da garantia das cadeiras. Uma coisa é garantia das vagas. Ah, nós vamos ter 50% das vagas na chapa! Não adianta, sabemos que a disputa é muito desigual, temos que ser honesto com nós mesmos. É muito desigual! Não sabia que na Argentina e em outros países, que a senhora registrou, já tem esse procedimento das garantias de determinado percentual das cadeiras. Seria muito interessante chegar, não sei se já chegou ao Congresso; evidentemente que é mais difícil, pelo comportamento machista do Congresso, conseguir 50%; mas, se ampliarmos para 20%, para 30% em um calendário que vai aumentando progressivamente, seria uma belíssima conquista para o movimento. Portanto, parabéns, muito obrigado. Como líder do PT, agradeço a presença da senhora aqui, fazendo o pronunciamento que fez.

PRESIDENTE (deputada Gleice Jane - PT) — Quero registrar a presença do Edinaldo, o “Pantera”, vereador de Bonito; do Lucas Leandro, conhecido como Lucas Capacete, vereador de Bonito. Obrigada pela presença nesta Casa. Quero, Luiza, parabenizá-la por essa aula. Enquanto você ia falando, eu ia aqui, feliz, ouvindo. É sempre gostoso falarmos sobre nós e ouvir outras mulheres falando das nossas histórias. Enquanto vocês falavam, depois que terminei aqui, enquanto os deputados me chamavam de presidente da Assembleia, não é? Nesse pouco tempo de espaço, conversava com a deputada Mara Caseiro, que nós queremos ocupar todos os espaços, inclusive esses espaços de poder também! Por que, não? Na próxima legislatura, não é deputada Mara? A gente também ter mulheres ocupando as presidências das câmaras, da Assembleia Legislativa, porque isso ainda não tem. A ministra Cida esteve aqui, recentemente, e, em seu histórico, ela fala das experiências de eventos internacionais e da vergonha em que ela teve de nem falar sobre a nossa representatividade do Brasil, em um evento em que ela participou recentemente, porque, no Brasil, ainda temos uma representação muito pequena das mulheres nesses espaços de poder. Precisamos discutir o porquê, realmente, as mulheres não estão ocupando esses espaços. E o que nos faz refletir sobre isso, é a misoginia, deputado Caravina. Nós, mulheres no Brasil, ainda passamos por grandes dificuldades de ocupar os espaços, porque somos vítimas de misoginia a todo momento. Todas nós, que estamos na política, em algum momento, sofremos violência política. Por isso, quando uma mulher sofre violência, sentimos a dor, porque, na verdade, estamos nos lembrando da dor pela qual já passamos em algum momento. No Brasil, temos uma dificuldade de compreender a necessidade da igualdade entre homens e mulheres. Inclusive, tivemos um projeto de

lei para garantir salários iguais entre homens e mulheres e essa lei, hoje, está sendo questionada por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), porque não há compreensão, em nosso país, pelo viés dos empresários, de que mulheres e homens têm os mesmos direitos. Para nós, isso parecia tão básico, é tão atrasado esse processo, mas, nós vamos ter que enfrentar uma Adin que questiona o nosso direito de receber o mesmo salário, numa mesma função e com a mesma escolaridade. Ainda estamos discutindo e vivenciando isso no Brasil. Isso é um retrocesso muito grande. Precisamos, realmente, fazer essa reflexão. Enquanto a gente faz este debate, lembro-me de histórico de outras mulheres. A gente tem trazido para a Assembleia a história das mulheres vereadoras e me lembro muito de uma história que aconteceu no meu município, Dourados. A vereadora Virgínia foi vítima de violência sexual na Câmara de Vereadores, mas, a comissão que avaliava era formada por homens e a compreensão do que é uma violência sexual por um homem ou por uma mulher é diferente. E, naturalmente, não foi compreendido dessa forma. A gente acaba não conseguindo avançar na política, em um espaço que é composto por homens, mas, precisamos avançar. Deputados Caravina, Zeca do PT e Pedro Kemp, temos uma lei que exige que as mulheres sejam candidatas. E essa responsabilidade do enfrentamento à violência contra as mulheres na política e do enfrentamento à misoginia não pode mais ser uma briga só das mulheres, tem que ser de responsabilidade dos homens. Os homens precisam assumir isso, porque, a violência é cometida pelos homens. Quando só nós falamos, parece que é coisinha de mulheres. Mas não é pauta das mulheres. Nós precisamos que os homens assumam a responsabilidade do enfrentamento à violência contra mulher, para que a gente realmente conquiste a democracia, para que as mulheres se sintam seguras no espaço da política, porque, hoje, a política não é um espaço seguro para as mulheres, nós precisamos avançar nessa pauta. Luiza, muito obrigada pela sua participação, você sabe do nosso carinho por você, do seu trabalho, a gente conversa muito sobre isso, você sabe da admiração que a gente tem por toda a sua história e compromisso com a luta das mulheres no enfrentamento à violência. Quando vimos você passando por esse processo, isso nos doeu muito. É interessante percebermos que toda violência de gênero na política passa pelo silenciamento das mulheres. Lave a boca significa: “Fique quieta, não fale”. É a mesma história de outras mulheres, em outros lugares como, por exemplo, a vereadora de Cassilândia que vem aqui e o vereador diz: “Quem me representa é a que está sentada, quieta. Não a que está falando”. A gente tem observado a sutileza das violências, para nos silenciar, porque a nossa voz incomoda, talvez, mas, vamos continuar falando. Tem uma decisão nossa, das mulheres em todos os partidos — não é, deputada Mara? — de que nós, mulheres, não vamos deixar de falar, mas, precisamos que o espaço da política seja um espaço seguro para continuarmos falando. Muito obrigada e declaro encerrada a nossa Sessão (11h26min).